

Contribuições políticas da análise feminista do amor romântico para a discussão analítico-comportamental dos sentimentos

Political contributions of feminist analysis of romantic love to the behavior-analytic discussion of feelings

Contribuciones políticas del análisis feminista del amor romántico a la discusión analítico-conductual de los sentimientos

Juliany Oliveira Zanuto¹, Carolina Laurenti¹

[1] Universidade Estadual de Maringá | **Título abreviado:** Análise do Comportamento, feminismo e amor romântico | **Endereço para correspondência:** Carolina Laurenti, Departamento de Psicologia (bloco 118, sala 04), Universidade Estadual de Maringá, Avenida Colombo, 5790 – Jardim Universitário – CEP: 87020-900 – Maringá-PR | **Email:** Juliany Oliveira Zanuto - julianyzanuto10@gmail.com | **doi:** org/10.18761/PAC000655.out21

Resumo: A Análise do Comportamento explica os sentimentos em função do contexto social, mas não explora de maneira sistemática a influência de variáveis políticas em sua gênese considerando um viés de gênero, algo que foi feito pelo feminismo em sua crítica ao amor romântico. O objetivo deste trabalho foi inserir uma perspectiva política na discussão analítico-comportamental dos sentimentos, considerando a literatura feminista do amor romântico. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes foram artigos feministas que tratavam da temática. Foram selecionados dezesseis artigos para a revisão de literatura. A análise e categorização desse material ressaltaram: a caracterização da cultura patriarcal produtora do amor romântico; o papel das instituições na transmissão e manutenção do amor romântico; os efeitos do amor romântico na constituição do gênero e identidade de gênero para homens e mulheres; e o ocultamento de contingências opressivas pelas práticas do amor romântico. A existência de assimetrias de poder entre os gêneros nos relacionamentos românticos mostra a importância de uma discussão política dos sentimentos na Análise do Comportamento, sem a qual as análises funcionais poderiam orientar práticas que manteriam incólumes sistemas opressores na sociedade.

Palavras-chave: amor romântico; feminismo; patriarcado; análise do comportamento; sentimentos.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo nº 2850/2018), por meio de bolsa de Iniciação Científica para a primeira autora.

Abstract: Behavior Analysis explains feelings from a contextual perspective. However, this theory still fails to systematically explore the influence of gender political variables on the constitution of feelings, something accomplished by feminism throughout its critic of romantic love. This study aims to provide a political perspective on the Behavior Analysis discussion of feelings, considering the feminist analysis of romantic love. Bibliographic research was carried out, having theme-oriented feminist papers as a source. Sixteen articles were selected for the literature review. Data examination and categorization emphasized: the description of the patriarchal culture that produces romantic love; the role of institutions in the transmission and maintenance of romantic love; the effects of romantic love on the constitution of gender and gender identity for men and women; and the obfuscation of oppressive contingencies by the practices of romantic love. The existence of power disparities between genders regarding romantic relationships showcases the importance of a political discussion of feelings in Behavior Analysis, without which functional analysis may lead to practices that maintain oppressive systems in society intact.

Keywords: romantic love; feminism; patriarchy; behavior analysis; feelings.

Resumen: El Análisis de la Conducta explica los sentimientos en función del contexto social, aunque no explora sistemáticamente la influencia de variables políticas en su génesis desde una perspectiva de género, como lo hace el feminismo al criticar el amor romántico. Este trabajo objetivó introducir una perspectiva política en la discusión analítico-conductual del sentimiento, considerando la crítica feminista del amor romántico. Se desarrolló una investigación bibliográfica, cuyas fuentes fueron artículos feministas sobre el tema. Fueron seleccionados dieciséis artículos para la revisión de la literatura. Del examen y la clasificación del material resaltó: la caracterización de la cultura patriarcal que produce el amor romántico; el papel de las instituciones en la transmisión y mantenimiento del amor romántico; los efectos del amor romántico en la constitución del género y la identidad de género para hombres y mujeres; y el oscurecimiento de contingencias opresivas por las prácticas del amor romántico. Asimetrías de poder entre géneros en relaciones románticas muestra la importancia de discutir políticamente los sentimientos en el Análisis de la Conducta, sin eso los análisis funcionales pueden orientar prácticas que mantienen indemnes los sistemas opresores.

Palabras clave: amor romántico; feminismo; patriarcado; análisis de la conducta; sentimientos.

O feminismo é um movimento político cujo objetivo principal é romper com o patriarcado (cultura que cede poder aos homens, em prejuízo das mulheres), transformando as relações hierárquicas e promovendo a igualdade entre os diferentes gêneros (Souza, 2016). Além de um movimento político, o feminismo também se configura como um campo teórico, cujos desideratos correspondem a preocupações ético-políticas similares às de analistas do comportamento engajadas(os) com transformações sociais: a luta contra controles opressores e a construção de um mundo mais igualitário (Silva & Laurenti, 2016).

As relações entre feminismo e Análise do Comportamento foram exploradas de modo mais sistemático pelos trabalhos de Maria del Rosario Ruiz (1950-2017) (e.g., Ruiz, 1995, 1998, 2009). Seguindo os passos dessa autora, várias(os) analistas do comportamento brasileiras(os) passaram a estudar o feminismo e a produzir pesquisas que evidenciavam convergências entre esse campo e a Análise do Comportamento (e.g., Couto & Dittrich, 2017; Freitas & Morais, 2019; Pinheiros & Mizael, 2019; Silva & Laurenti, 2016).

Um dos resultados desses estudos foi a possibilidade de compreender e destacar algumas contribuições do feminismo para Análise do Comportamento. Segundo Gallo, Morais, Fazzano e Santos (2019), essas contribuições podem ser identificadas considerando-se três elementos de investigação: “(i) sobre a participação das mulheres na Análise do Comportamento; (ii) sobre as questões negligenciadas na área; e, (iii) sobre como a ciência analítico-comportamental poderia questionar seus modos de produção e propor novas formas de investigação” (pp. 47-48). Nessa perspectiva, as(os) autoras(es) indicam: (a) a visibilidade dada ao gênero, (b) a contextualização da produção de conhecimento científico a respeito dessa temática, (c) o destaque ao sofrimento vivido pelas mulheres, (d) e o questionamento da neutralidade do conhecimento científico, evidenciando o caráter também político da produção científica.

Este trabalho investiga uma problemática que ainda merece ser explorada no exame das contribuições de reflexões feministas para a Análise do Comportamento: a questão dos sentimentos. Skinner (1989/1991) empreendeu uma análise con-

textual dos sentimentos, elucidando a gênese social da aprendizagem de repertórios autodescritivos de sentimentos¹. Segundo Tourinho (2009), a aquisição desses repertórios envolve processos verbais dependentes de contingências sociais, que asseguram relações específicas entre sentimentos e respostas verbais mantidas pela comunidade verbal. Dessa forma, interpretar os sentimentos de maneira contextual implica, em última instância, considerá-los como “formas de interação do homem (sic) com o mundo (especialmente, mundo social), e não a entidades com existência independente do sujeito que se comporta e do ambiente onde ele está inserido” (Borba & Tourinho, 2009, p. 91).

A despeito de ter conduzido uma interpretação contextual dos sentimentos, e de, em alguma medida, ter considerado a participação de relações de poder nas contingências sociais responsáveis pelo ensino de repertórios verbais autodescritivos de sentimentos (ver Skinner, 1953/2003, pp. 283-288), Skinner (1989/1991) não parece ter discutido de que forma essas relações de poder afetam os diferentes gêneros. Uma análise que considera a relação entre os sentimentos e as desigualdades entre homens e mulheres pode ser verificada na crítica feminista ao amor romântico (Junqueira & Melo, 2014; Silva, 2017).

O amor romântico é uma derivação do amor – assim como o são o amor pelos amigos, o amor pela família, o amor aos animais etc. –, que aparece relacionada ao contexto conjugal. Segundo Giddens (1993), “frequentemente considera-se que o amor romântico implica atração instantânea – amor à primeira vista . . . é um processo

1 Skinner (1945/1999) menciona quatro estratégias por meio das quais a comunidade verbal modela e mantém um repertório comportamental descritivo dos sentimentos. Por exemplo, quanto à aprendizagem de relatos autodescritivos como “sentir dor”, tem-se que: a comunidade verbal (1) pauta-se em estímulos públicos (como hematomas) relacionados ao estímulo privado que será ensinado a ser descrito; (2) baseia-se em respostas colaterais públicas (como choro, gritos) que regularmente acompanham uma condição privada; (3) ensina o indivíduo a descrever o seu próprio comportamento (por exemplo, “isso é sentir dor”); e (4) usa como analogia a descrição das propriedades de um evento público para descrever um evento privado, com base em propriedades semelhantes entre esses eventos (dizer, por exemplo, “isso dói como se fosse uma agulhada”).

de atração por alguém que pode tornar a vida de outro alguém, digamos assim, completa” (p. 51). O autor ainda cita outras características relativamente conhecidas do amor romântico: o erotismo é colocado em segundo plano devido à primazia da idealização dos parceiros amorosos; há uma visão do(a) amado(a) como alguém único e especial; o romance é preenchido de um caráter fantasioso e idealizado; e os parceiros devem fazer o possível e o impossível um pelo outro.

Em um relacionamento amoroso heterossexual (seja romântico ou não), há expectativas sociais e demandas mútuas: o homem espera que sua parceira se comporte de determinada maneira e vice-versa. Porém, no caso do amor romântico, os interesses, desejos e necessidades dos homens se tornam mais importantes que os das mulheres, o que gera uma relação desequilibrada, hierárquica entre o casal, em favor do gênero masculino (Souza, 2016). Isso pode ser ilustrado por meio das exigências com relação à mulher para que ela, em nome do amor, esteja disposta a aceitar, esperar, abnegar-se, compreender e perdoar o parceiro, enquanto este deve apenas esperar que sua companheira cumpra com esses ideais (Junqueira & Melo, 2014; Zanello, Fiuza & Costa, 2015).

O amor romântico também contribui com a “reprodução dos padrões de gênero hegemônicos, que tentam estabelecer modelos e posicionamentos ‘próprios’ e generalizados para mulheres e homens se construírem e se relacionarem afetivo-sexualmente” (Junqueira & Melo, 2014, p. 770). No caso das mulheres, espera-se que elas correspondam aos desejos sexuais de seu parceiro, sugerindo que a virilidade sexual é uma característica tipicamente masculina; já no caso dos homens, é esperado que eles protejam e deem apoio financeiro às suas parceiras, sugerindo que a fragilidade e a impotência são características essencialmente femininas (Zanello, Fiuza & Costa, 2015). Assim, os comportamentos exigidos de homens e mulheres evidenciam quais são os estereótipos de masculinidade e feminilidade associados aos gêneros masculino e feminino em uma dada cultura (Silva, 2017).

Quando os comportamentos não correspondem ao especificado nas regras, nem sempre conspícuas, do amor romântico, surgem conflitos na relação conjugal, que frequentemente resultam em

violência, majoritariamente cometida pelos homens contra as mulheres – desde silenciamento e humilhação até agressões e morte (Junqueira & Melo, 2014). Sobre isso, é possível destacar a importância do feminismo, cujas reflexões contribuíram para revelar o caráter opressor do amor romântico para as mulheres (que é caracterizado por falsas promessas de felicidade, realização social e autonomia).

A crítica das autoras feministas ao amor romântico é caracterizada, então, por um viés político, que abrange temáticas como: relações de poder, hierarquia, dominação/submissão, violência contra as mulheres, entre outros. Essas considerações parecem sugerir a importância de se contemplar alguns aspectos que ainda não foram sistematicamente explorados em uma análise comportamental dos sentimentos, considerando o viés de gênero. Com base nisso, o objetivo deste trabalho é destacar algumas contribuições da crítica feminista ao amor romântico para ampliar a discussão analítico-comportamental dos sentimentos, considerando a conexão entre relações de poder e sentimentos no âmbito das assimetrias entre os diferentes gêneros que ainda se verificam na nossa sociedade.

Método

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica cujas fontes consistiram em artigos feministas que tratavam sobre o amor romântico. Estes textos foram buscados nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* e *Sociological Abstracts*, via Portal da CAPES. Embora essas bases contemplem periódicos feministas, foram também consultadas algumas revistas feministas nacionais, Estudos Feministas, Ártemis, Cadernos Pagu, Caderno Espaço Feminino e Revista Gênero, a fim de assegurar que os artigos feministas que abordassem a temática em pauta, e que, porventura, não aparecessem naquelas bases de dados, fossem, de fato, recuperados.

Cada uma das quatro combinações de palavras-chave (amor romântico AND feminismo, amor romântico AND feminista, romântico AND feminismo, romântico AND feminista) foi inserida nos campos de busca, juntamente com as seguintes especificações: obter artigos científicos (o que exclui-

ria, por exemplo, editoriais, revisões bibliográficas, resenhas), sem restrição de data e identificar artigos redigidos em português (como forma de circunscrever a discussão à literatura nacional).

Os artigos que não corresponderam às especificações descritas foram descartados, bem como aqueles que não apresentaram uma discussão feminista sobre o amor romântico (artigos que continham breves menções a algumas das palavras-chave, mas que efetivamente tratavam de outros assuntos não relacionados à temática deste trabalho). Os artigos aprovados ao fim das buscas foram baixados e seu conteúdo foi verificado inicialmente por meio da leitura do resumo e uso do Ctrl+F no texto (buscando-se termos pertinentes, como “gênero”, “romântico”, “amor”, “feminismo”, e verificando-se o contexto em que apareciam); e, posteriormente, pela leitura na íntegra dos artigos restantes.

O material selecionado foi organizado em um quadro, no qual foi descrito: a referência da publicação; a transcrição dos trechos em que as palavras-chave foram usadas, com indicação de número da página e do parágrafo; e alguns comentários acerca desses trechos (a fim de sumarizar as principais críticas feministas ao amor romântico contidas nos textos).

Com base nos dados obtidos com essa compilação, foram construídas categorias de análise que permitiram dar relevo a aspectos que contemplavam uma perspectiva política de discussão do amor romântico, e que poderiam ser considerados em uma interpretação analítico-comportamental dos sentimentos. A estratégia analítica para a construção dessas categorias foi responder às questões: quais aspectos são invocados pela literatura feminista para explicar o amor romântico? Como esses aspectos poderiam ser incluídos em uma análise comportamentalista radical dos sentimentos de modo coerente com os princípios dessa filosofia? Como esses elementos contribuem para a inserção de uma perspectiva política de discussão dos sentimentos na Análise do Comportamento?

Resultados

A soma das publicações encontradas nos locais de busca resultou em 427 arquivos (SciELO: 97, Sociological Abstracts: 173, Periódicos feministas 157); no entanto, mais da metade (278) consistiu em textos que se repetiam nos diferentes portais de busca e, portanto, foram descartados. Dentre as publicações restantes (149), 125 foram excluídas porque: (a) não eram artigos científicos (52), (b) não estavam em português, apesar da aplicação do filtro (17), (c) as palavras-chave eram mencionadas de modo colateral à argumentação central sem explicação adicional do conceito (o que foi possível verificar graças à leitura do resumo e ao uso do Ctrl+F no texto) (56). As 24 publicações remanescentes foram lidas na íntegra, das quais oito foram descartadas por se confirmar que não apresentavam uma crítica feminista ao amor romântico (pois as palavras-chave eram apenas mencionadas nesses textos, sem receberem qualquer destaque ou discussão). Por fim, os 16 artigos restantes foram incluídos na revisão bibliográfica (os quais estão sinalizados com asterisco na lista de referências).

Dentre os artigos selecionados, nove foram encontrados em revistas especializadas em feminismo, cinco em revistas especializadas em filosofia, sociologia e ciência política, dois em revistas de psicologia. Esses artigos foram selecionados porque a discussão feminista a respeito do amor romântico abarcava temáticas como gênero, patriarcado, relações de poder, violência contra a mulher, entre outras questões políticas. Na tabela a seguir consta uma descrição sumária dos temas centrais de cada um desses artigos:

Tabela 1. Referência e sumarização do tema central dos artigos selecionados

Referência	Tema central
1. Grossi, M. P. (1994). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. <i>Estudos Feministas</i> , número especial, 473-483	Influência de crenças românticas na legitimação e perpetuação da violência contra a mulher
2. Malcher, L. F. S. (2002). Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidade entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. <i>Revista Gênero</i> , 3(1), 63-81	Como o viés de gênero domina visões de adolescentes a respeito da denominada "masculinidade" no contexto de relações amorosas
3. Bensusan, H. (2004). Observações sobre a libido colonizada: Tentando pensar ao largo do patriarcado. <i>Estudos Feministas</i> , 12(1), 131-155	Maneiras de pensar e viver os desejos em uma sociedade patriarcal, tomando a pornografia como exemplo de análise
4. Neves, A. S. A. (2007). As mulheres e os discursos genderezados sobre o amor: A caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"? <i>Estudos Feministas</i> , 15(3), 609-627	Implicações dos discursos sociais sobre o amor na vivência da intimidade adulta feminina heterossexual
5. Fernandes, W. R., & Siqueira, V. H. F. de. (2010). O cinema como pedagogia cultural: Significações por mulheres idosas. <i>Estudos Feministas</i> , 18(1), 101-119	O papel da produção cinematográfica romântica na formação das identidades de gênero de mulheres idosas
6. Bragança, M. de. (2011). Corpo, imagem e registro colonial no Corazón Sangrante de Astrid Hadad. <i>Estudos Feministas</i> , 19(2), 403-419	Reflexão sobre o uso do sentimento como um instrumento de apassivamento e de subalternização das mulheres
7. Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2012). Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes. <i>Psicologia: Reflexão & Crítica</i> , 25(4), 738-746	Como os estereótipos de gênero perpassam as concepções de adolescentes sobre o que é ser homem e ser mulher
8. Rudiger, F. (2012). Amor no século XX: Romantismo democrático vs intimismo terapêutico. <i>Tempo Social</i> , 24(2), 149-168	Comparação entre o amor romântico e o intimismo terapêutico, sendo o último mais igualitário para casal
9. Carvalhaes, F. F. de., & Teixeira Filho, S. S. (2012). Histórias de vida de mulheres HIV+ ativistas: Mudanças e permanências. <i>Estudos Feministas</i> , 20(2), 377-398	Estudo sobre a relação entre AIDS, gênero e ativismo: contextos de vulnerabilidade à infecção e mudanças nos campos conjugal e maternal
10. Porto, M., & Bucher-Maluschke, M. J. S. N. F. (2014). A permanência de mulheres em situações de violência: Considerações de psicólogas. <i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i> , 30(3), 267-276	Discussão sobre algumas motivações para a permanência de mulheres em situação de violência doméstica, sendo uma delas o amor romântico
11. Assunção, V. (2016). Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. <i>Estudos Feministas</i> , 24(1), 63-80	Influências de fatores como idade, maternidade e gênero na tomada de decisão de mulheres sobre migrarem de país para viverem com seus cônjuges
12. Gonçalves, E. (2017). Solteira, sem filhos: Menos que meia pessoa? <i>Mediações</i> , 22(2), 479-498	Reflexão sobre a "pressão" social para que mulheres tenham filhos, sendo as solteiras e não-mães vistas como infelizes
13. Rossi, T. C. (2017). Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visualidade no século XXI. <i>Tempo Social</i> , 29(1), 235-255	Crítica à construção de imagens reais ou virtuais do gênero feminino que naturalizam uma inclinação à afetividade e à emotividade
14. Vencato, A. P. (2017). Narrativas sobre conjugalidade de mulheres que se relacionam com <i>crossdressers</i> . <i>Estudos Feministas</i> , 25(10), 147-165	Análise das dificuldades e conflitos em relação ao gênero e à sexualidade vivenciados por casais cujo homem se monta (<i>crossdressing</i>)
15. Mattos, P. (2018). Desafios do reconhecimento nas relações íntimas: Um debate com Axel Honneth. <i>Política & Sociedade</i> , 17(40), 156-190	Discussão sobre o déficit de reconhecimento (pessoal, profissional etc.) sentido por mulheres no contexto das relações amorosas heterossexuais
16. Jardim, M. C. (2019). Para além da fórmula do amor: Amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos. <i>Política & Sociedade</i> , 18(43), 46-76	O modo como a cultura do amor romântico e da autoajuda alimenta o mercado de aplicativos de relacionamento (como o <i>Tinder</i>)

Como a tabela indica, as discussões desenvolvidas pelas(os) autoras(os) sobre o amor romântico abordam conteúdos diversos que perpassam essa temática: a questão de gênero, a cultura patriarcal, as assimetrias de poder (dominação masculina e submissão feminina), as instituições que transmitem e mantêm o amor romântico (como o cinema romântico), a violência doméstica, e assim por diante. Mas, apesar das temáticas variadas, todos os artigos convergem para a conclusão de que o amor romântico é prejudicial para homens e mulheres.

Com base nos dados obtidos com a sistematização dos artigos, foram construídos quatro eixos temáticos: (a) a caracterização da cultura produtora do amor romântico; (b) o papel das instituições na transmissão e manutenção do amor romântico; (c) os efeitos comportamentais do amor romântico para homens e mulheres; e (d) o ocultamento de contingências opressivas pelo amor romântico. Cada eixo será tratado em um tópico específico, cujo desenvolvimento abarcará três momentos: a apresentação das teses feministas sobre um dado tema relacionado ao amor romântico, a interpretação analítico-comportamental a respeito desse tema e, por fim, uma síntese referente às contribuições da análise feminista do amor romântico para a discussão analítico-comportamental dos sentimentos.

Discussão

O amor romântico a favor da cultura patriarcal

Todos os 16 artigos apresentaram discussões sobre a origem do amor romântico, sendo essa gênese compreendida pelas(os) autoras(es) como socio-cultural. Conforme os artigos examinados, o amor romântico emerge como produto de uma cultura de dominação masculina ou patriarcal, como explica Bensusan (2004): “O amor romântico é um pacote de (níveis de) desejos obrigatórios e de compromissos em termos já estabelecidos. Parece que o regime de desejo nos coloca em um jogo – um jogo em que apenas alguns movimentos são permitidos” (p. 136). De acordo com a autora, esse “regime heteropatriarcal de desejo” (p. 139) afeta a maneira de pensar e agir das pessoas, formando os estereótipos de gênero (Bensusan, 2004).

O termo “patriarcado” deriva da palavra “patriarca”, de origem grega, sendo que *páter* significa “pai” e *arkhé* significa “poder”. Assim, uma sociedade patriarcal é aquela na qual os homens têm poder. Nesse contexto, há o imperativo de que os homens sejam poderosos, fortes, viris e hiperssexualizados, enquanto as mulheres devem ser submissas, recatadas, amáveis e servis (Neves, 2007; Rossi, 2017). No caso do homem, essas exigências levaram à formação de um estereótipo que relegava o masculino ao domínio público, no qual ele deveria exercer um trabalho que gerasse renda suficiente para sustentar sua esposa e filhos, tornando-o chefe da família; já a mulher foi destinada ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, sendo submissa a ele (Rudiger, 2012).

A divisão de características, direitos e deveres é feita em função do gênero do indivíduo. Segundo Grossi (1994), “se utilizamos o conceito de gênero como categoria analítica das relações homem/mulher, é evidente que masculino e feminino são construções simbólicas e históricas que inexistem separadamente” (p. 478). Além disso, “o significado de ser homem ou mulher varia de cultura para cultura em cada momento histórico determinado” (Grossi, 1994, p. 482), portanto, a percepção social do gênero não é única nem universal. Na cultura brasileira, por exemplo, onde há o domínio da lógica patriarcal, as atribuições aos gêneros masculino e feminino são feitas com base nas ideias de dominação masculina e submissão feminina – que se desdobram em situações diversas, como as anteriormente mencionadas.

A cultura em que os homens detêm poder é antiga e tão disseminada no Brasil (e em outros lugares no mundo) que atualmente ainda é improvável conceber sua erradicação, especialmente quando são considerados os diversos mecanismos e instrumentos utilizados para a manutenção do patriarcado, sendo um deles o amor romântico (Neves, 2007). Ao citar Bourdieu, Jardim (2019) explica que o amor romântico está inscrito em uma cultura androcêntrica (isto é, uma cultura cuja tendência é reduzir a humanidade ao homem). Nessa cultura, o poderoso (homem) conquista o subalterno (mulher) por meio de expressões de amor espontâneas e mágicas (como o ato de dar flores à parceira ou pagar a conta de um jantar). E, “para além da

espontaneidade, o amor romântico seria o ajustamento inconsciente das mulheres a uma estrutura de dominação, que se expressaria em um discurso que coloca o amor romântico como norma para a felicidade” (Jardim, 2019, p. 57).

Assim, se a cultura androcêntrica prescreve uma maneira de amar que é compatível com a submissão feminina, o amor romântico seria, portanto, “uma forma de violência simbólica, tornando-se um fardo para as mulheres, que passam a conceber o mundo afetivo a partir desse sistema de dominação masculina” (Jardim, 2019, p. 58). Desse modo, ao controlar os corpos, sentimentos e desejos de homens e mulheres, o amor romântico legitima os estereótipos de gênero, favorecendo a cultura patriarcal (Bensusan, 2004; Carvalhaes & Teixeira-Filho, 2012; Porto & Bucher-Maluschke, 2014).

No âmbito do amor romântico abre-se ainda a possibilidade para a ocorrência de uma violência doméstica justificada (seja ela física, verbal, patrimonial ou psicológica), pois há homens que acreditam estar munidos de motivações genuínas para terem ferido as parceiras (Grossi, 1994). São elas: crença no adultério (cometido pela parceira), intimidade da parceira com outro homem (inclusive amigos), uso de roupas curtas por ela, divergências de opinião, questões financeiras, alcoolismo (do homem), rejeição sexual (da mulher) e até mesmo porque a parceira não preparou a refeição no horário exigido pelo marido (Grossi, 1994).

Porém, se essa cultura é prejudicial às mulheres – e, muitas vezes, aos homens, que também precisam se acomodar aos padrões hegemônicos de masculinidade, gerando sofrimento (ver Baliscei & Stein, 2016) – por que ela se mantém? Segundo Neves (2007), para muitos, principalmente os homens, a cultura patriarcal é conveniente, pois apesar de também sofrerem para se adaptar aos padrões de masculinidade, os homens ainda se beneficiam com todo o poder e privilégios que lhes é dado: as possibilidades de acesso a bens, serviços, oportunidades de trabalho, lazer e socialização são desiguais em relação ao gênero, em prejuízo das mulheres (Adichie, 2012/2015).

Ademais, a forma como as pessoas são ensinadas sobre o amor romântico também contribui para a manutenção do patriarcado: elas aprendem sobre o amor romântico mais em função dos sentimentos,

do que da observação da relação entre esses sentimentos e o contexto como um todo (Carvalhaes & Teixeira-Filho, 2012; Fernandes & Siqueira, 2010; Malcher, 2002; Mattos, 2018). Assim, os homens e especialmente as mulheres relatam que o amor romântico (e outros sentimentos e comportamentos correlatos) é “bom” com base prioritariamente nas condições corporais descritas como amor, felicidade, completude etc. (Adichie, 2012/2015), tornando-se alheios às condições desiguais entre gêneros que estão na gênese da aprendizagem desses sentimentos.

A explicação do comportamento centrada nos sentimentos é incompatível com a visão da Análise do Comportamento: como o aprendizado da descrição e valoração dos sentimentos na sociedade ocorre em função das contingências sociais, são essas contingências que precisam ser consideradas para se explicar tanto o comportamento quanto os sentimentos que o acompanham (Borba & Tourinho, 2009). Conforme os sentimentos são tomados como elementos centrais (mais especificamente como *causa* do comportamento), as contingências opressivas que estão na gênese do amor romântico podem ser negligenciadas.

Um exemplo emblemático é o comportamento emocional ciumento (Gomes & Costa, 2014): ações como checar e-mails e ligações ou tentar impedir que a parceira saia com determinada roupa (Gomes & Costa, 2014) são típicos de parceiros ditos ciumentos. Mas, na cultura latina, o ciúme “está frequentemente relacionado ao amor, portanto, aquele que ama deve sentir ciúme e aquele que não o sente, não ama verdadeiramente seu parceiro” (Gomes & Costa, 2014, p. 91). Dessa perspectiva, os sentimentos são utilizados para justificar as ações, inclusive aquelas em que há o uso de violência por parte do parceiro: “quando comportamentos violentos ocorrem em uma relação romântica em um contexto de ciúme, o mesmo é associado ao amor e há minimização dos atos violentos, sendo muitas vezes justificável” (Gomes & Costa, p. 91).

Dessa forma, comportamentos de caráter opressor (como controlar o dinheiro do cônjuge, dar ordens, monitorar, diminuir a autoestima, fazer ameaças etc.) para o casal – principalmente para a mulher – são tolerados e até mesmo aceitos como parte constituinte de um relacionamento convencional, pois são justificados “em nome do amor”

(isto é, em nome do sentimento). Sendo assim, mulheres comumente se encontram submetidas a um controle opressor² que, muitas vezes, podem não reconhecer. Isso reafirma a importância de não tomar o sentimento como causa do comportamento: “os sentimentos não são causas, mas fenômenos comportamentais que precisam ser explicados e não são a explicação para outros comportamentos” (Gomes & Costa, p. 91). Tanto os sentimentos quanto os comportamentos nomeados “românticos” devem ser compreendidos em função das contingências (que, no caso da cultura patriarcal, estão permeadas por desigualdades de gênero).

É preciso ter em vista que essas contingências se mantêm vigentes porque as práticas culturais que as constituem são frequentemente fortalecidas na cultura, dentre outras formas, pelo reforçamento de operantes compatíveis com essas práticas. Como afirmam Dittrich, Melo, Moreira e Martone (2013): “práticas culturais são compostas por operantes ou conjuntos de operantes em contingências relacionadas” (p. 47). As práticas culturais relacionadas ao amor romântico, por exemplo, são classificadas como práticas de dominação masculina e submissão feminina e constituem comportamentos que foram estabelecidos como normas na sociedade. A fim de assegurar sua manutenção, a cultura garante a transmissão dessas práticas culturais entre as gerações (Dittrich et al., 2013), como será demonstrado no tópico seguinte.

As práticas culturais relacionadas ao amor romântico ajudam a produzir os “papéis de gênero”, que são o resultado final da modelagem do comportamento empreendida pela comunidade verbal (Dittrich et al., 2013). Em tese, o objetivo daqueles que gerenciam o funcionamento da sociedade (isto

é, pessoas que administram as instituições) é assegurar a sobrevivência da cultura, por meio do fortalecimento de práticas culturais que contribuam com este fim. Esse controle produz diversos efeitos benéficos para as culturas que adotam algumas práticas culturais que colaboram para a sua manutenção ou evolução (Dittrich et al., 2013). Todavia, como as interações entre os indivíduos são permeadas por relações de poder, os controladores produzem e reproduzem comportamentos convenientes com seus próprios interesses, como acontece em uma cultura onde há hierarquias de poder quanto ao gênero, como o patriarcado.

Segundo Nicolodi (2020), na cultura patriarcal, a dominação masculina é institucionalizada, pois os homens detêm poder (i.e., controle e acesso a reforçadores sociais importantes) em todas as instituições da sociedade, sendo as mulheres desprovidas de tal poder. O patriarcado não opera somente na esfera privada (em nível do sujeito), mas também e principalmente inclui a esfera pública (nível social). Dessa forma, “a desigualdade entre gêneros é aprendida, estabelecida ao longo das experiências individuais (ontogenia) e do grupo a que pertence o indivíduo (práticas culturais)” (Nicolodi, 2020, p. 14). Uma análise similar é feita pelo feminismo em relação ao amor romântico, que considera desde os padrões comportamentais do sujeito até as práticas culturais do grupo para explicar o amor romântico.

Nesse contexto, a visão do feminismo enriquece o que seria uma concepção analítico-comportamental do amor romântico: este seria não apenas um conjunto de comportamentos e sentimentos correlatos que surgem em certas contingências sociais verbais, presentes nas relações interpessoais afetivo-sexuais (eróticas). O amor romântico pode também ser entendido como uma prática cultural, ou seja, um conjunto de contingências sociais que regula as práticas de reforçamento e punição que pautam as relações afetivo-sexuais conforme parâmetros de uma cultura patriarcal.

Ao verificar essas contingências, é possível inferir que as práticas culturais de amor romântico são mantidas por uma comunidade verbal cujos parâmetros de reforçamento e punição reproduzem a dominação masculina nas relações entre gêneros. Isso se torna exequível devido ao controle em nível coletivo, empreendido pelas grandes instituições so-

2 Segundo Nicolodi (2020), o termo “opressão” pode ser entendido em função da oposição dominados *versus* subordinados, como é o caso de um regime patriarcal, onde há a sujeição das mulheres aos homens. Em concordância com Saffiotti, Nicolodi (2020) defende que o patriarcado corresponde a “um pacto masculino para garantir a opressão das mulheres” (p. 32) e que a opressão, nesse contexto, se refere a um “sub-produto da soma/mescla do processo de dominação-exploração do patriarcado (p. 33). No entanto, não se deve perder de vista que, a despeito de as mulheres representarem o gênero mais fortemente oprimido, isso não implica que os homens não possam estar sendo oprimidos também (Baliscei & Stein, 2016).

ciais (como o governo, a religião, a mídia etc.), que desempenham um importante papel na transmissão de práticas culturais como o amor romântico.

Uma visão institucional do amor romântico

Dentre os 16 artigos trabalhados, 12 abarcavam discussões sobre o papel das instituições na construção, transmissão e manutenção do amor romântico na sociedade. Essas instâncias monitoram e regulam a vida dos indivíduos por meio do estabelecimento de regras – como os estereótipos de gênero.

A família brasileira, por exemplo, é uma instituição cuja administração é geralmente delegada ao homem (o pai ou o marido)³, e é interessante para ele que sua esposa se encarregue das atividades domésticas e da criação dos filhos, pois assim ele pode se dedicar a outras atividades – laborais ou de lazer (Neves, 2007). Nesse contexto, os ideais românticos, de que a mulher que ama seu parceiro deve agradá-lo, servi-lo, compreendê-lo etc., contribuem para que ela execute as tarefas que lhe foram delegadas. Quando a esposa atende a essa exigência, a vida familiar não costuma ser conflituosa, mas, quando ela não o faz, pode até sofrer violências físicas por parte de seu parceiro (Grossi, 1994).

Outras situações em que se pode notar a influência da instituição familiar sobre seus membros diz respeito ao casamento e à maternidade (Assunção, 2016; Bordini & Sperb, 2012; Gonçalves, 2017). Considerando os estereótipos de gênero associados ao amor romântico, é plausível conjecturar que uma mulher pode receber apoio da família quando se casa e tem filhos – afinal, um dos preceitos básicos do amor romântico é que a mulher só alcançará a felicidade quando encontrar o seu “príncipe encantado” e tiver filhos com ele. Porém, se a mulher recusa o casamento e a maternidade, a família que reproduz práticas patriarcais provavelmente irá puni-la por não agir conforme essas práticas. Nessa perspectiva, Gonçalves (2017) men-

ciona o poder da “pressão familiar” (p. 494) sobre as ações de seus membros, que pode ser forte o suficiente para fazer com que uma mulher mude de ideia e opte por casar-se e ter filhos.

De acordo com Porto e Bucher-Maluschke (2014), a família estabelece práticas culturais que parecem atender a seus próprios interesses (ou aos interesses daqueles que controlam a família, como o governo e a religião). A prática de casar-se e ter filhos, por exemplo, permite a perpetuação da linhagem e das tradições familiares. Essas e outras práticas são transmitidas às gerações seguintes por meio de diversos recursos (conversas, brincadeiras, repreensões) ou até mesmo por intermédio de outras instituições – como a escola e a mídia.

Além da família, outras duas instituições foram citadas pelas(os) autoras(es) feministas como transmissoras de ideais do amor romântico: a mídia e a religião. O aparelho midiático foi enfaticamente destacado por Fernandes e Siqueira (2010) em sua referência ao cinema romântico hollywoodiano como uma “sutil instância pedagogizante” (p. 110), que ensina a seus espectadores (especialmente as mulheres) o que é um relacionamento amoroso ideal.

O cinema romântico, como instituição, reproduz a lógica de dominação masculina por meio da apresentação de cenas em que o homem é retratado como forte, protetor e provedor, enquanto a mulher aparece como frágil, sentimental e doméstica (Fernandes & Siqueira, 2010). Esse aspecto foi destacado no estudo de Fernandes e Siqueira (2010), que discutiu o papel da produção cinematográfica romântica na formação das identidades de gênero de mulheres idosas. As autoras relataram “a frustração [de algumas idosas] de não ter conseguido transpor para a vida real aquele modelo de homem, de vida amorosa apreendida através do filme” (Fernandes & Siqueira, 2010, p. 115). Sobre isso, elas apresentam a contraposição entre a relação de prazer vivida na experiência fílmica e a dura realidade da vida de uma das entrevistadas, que afirmava ter deixado de gostar de filmes românticos, pois seus conteúdos eram incompatíveis com sua experiência amorosa. Nesse sentido, Fernandes e Siqueira (2010) afirmam que o cinema romântico representa uma forma sutil de reproduzir e manter o modelo patriarcal, pois propaga os ideais românticos de maneira a ocultar os elementos nocivos desse tipo de relação.

3 Atualmente é cada vez mais comum haver famílias chefiadas por mulheres (isto é, mulheres que trabalham e providenciam a renda para o sustento da casa e da família). Ainda assim, isso não significa necessariamente uma mudança quanto aos repertórios masculinos e femininos nessas famílias, pois em muitos casos o homem se apodera da renda de sua companheira e toma as decisões sozinho, assumindo a posição de provedor e chefe familiar.

Já no que diz respeito à religião, é possível citar a análise feita por Bragança (2011) sobre o clipe musical *Corazón Sangrante* de Astrid Hadad. O autor destaca a visão da artista sobre o papel da religião cristã na “recodificação de gênero” (p. 414), por meio da “elaboração de um território de decência e estabilidade doméstica [para as mulheres], do qual foram expulsos todos os elementos baixos, . . . o que uma vez mais fez da ‘pureza’ uma responsabilidade das mulheres” (p. 414). É exigido das mulheres que elas sejam decentes e puras (ou seja, que ajam como se fossem desprovidas de sexualidade) e que seu ambiente de domínio seja o doméstico – visto que devem cuidar da casa e dos filhos. A mulher que se recusa a agir dessa forma geralmente é vista como “histérica” (Bragança, 2011, p. 416). Assim, a religião cristã aparece como uma instituição que se utiliza de ideais românticos (como preservação da pureza da mulher) para controlar a sexualidade feminina.

Exemplos como esses evidenciam o papel das agências de controle (Skinner, 1953/2003) na perpetuação de contingências sociais que modelam e mantêm formas específicas de se comportar em uma relação íntima em função do gênero. O termo agências de controle foi cunhado para se referir àquelas instituições que estabelecem regras para o comportamento humano, sendo “. . . versões refinadas do controle grupal, cuja organização resulta em maior eficácia na gerência do comportamento” (Dittrich, Todorov, Martone & Machado, 2013, p. 139). Esse sistema de controle do comportamento só é possível porque haveria um reforçamento mútuo entre controladores e controlados, o que não é impreterivelmente desfavorável.

No entanto, em algumas culturas (como a patriarcal), o reforçamento mútuo entre controladores (representantes das agências) e controlados (membros cujo comportamento é afetado pelo controle das agências) se dá no âmbito de relações hierárquicas e desiguais. Isso significa que os controladores detêm reforçadores e punidores sociais importantes, e organizam contingências de reforçamento e punição com a função de manter esse sistema de privilégios (Dittrich et al., 2013). Assim, os controladores reforçam os comportamentos que estão de acordo com os interesses das agências de controle, e punem aqueles incompatíveis ou que ameaçam esse sistema. Além disso, os controladores geralmente

não criam condições para que os controlados discriminem verbalmente a gênese social desse tipo de controle, mantendo práticas verbais que reforçam explicações “naturalizantes” (a-históricas) da manutenção de determinados padrões comportamentais, como aquelas que descrevem que tais padrões sempre existiram dessa forma e que, portanto, sua perpetuação é “correta”.

É no contexto das contingências sociais organizadas pelas agências de controle que se torna possível identificar a perpetuação dos interesses da cultura patriarcal: a manutenção de privilégios para os homens em detrimento das mulheres. Como destacaram as(os) autoras(es) feministas, o amor romântico também precisa ser compreendido do ponto de vista do controle institucional. Desse modo, além de conceber o amor romântico como uma prática cultural que integra um conjunto de práticas que constituem uma cultura patriarcal, o feminismo indica a necessidade de compreender sua relação com as instituições (agências de controle). Como as agências controladoras são importantes perpetuadoras de práticas culturais em uma sociedade, é preciso entender como elas atuam no sentido de ajudar a transmitir e manter o amor romântico.

Contudo, é preciso ter em perspectiva que o estabelecimento do amor romântico como prática cultural depende também da reprodução dessas práticas por meio do comportamento de cada indivíduo. Faz-se necessário examinar os efeitos das práticas culturais de amor romântico no nível ontogenético (ou individual); mais especificamente, investigar como as práticas culturais patriarcais perpassam a constituição do gênero e da identidade de gênero.

A construção do gênero e da identidade de gênero no amor romântico

Oito dentre os 16 artigos analisados discutiram efeitos do amor romântico no que pode ser nomeado de constituição do gênero – que remete aos estereótipos e papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres em uma dada sociedade (Vencato, 2017) – e da identidade de gênero – o que corresponderia à forma como o indivíduo vê a si mesmo, como percebe e se sente em relação ao gênero que lhe foi atribuído na cultura (Bordini & Sperb, 2012).

Embora a relação entre gênero e identidade de gênero não seja necessariamente de concordância – isto é, o indivíduo pode não se sentir e se perceber de acordo com o gênero designado socialmente –, alguns artigos (e.g., Assunção, 2016; Bordini & Sperb, 2012; Carvalhaes & Teixeira Filho, 2012; Gonçalves, 2017; Malcher, 2002; Neves, 2007; Vencato, 2017) exploraram como as práticas culturais de amor romântico também podem afetar o modo como homens e mulheres sentem e percebem a si mesmos (seus próprios corpos e comportamentos).

Aplicando essas designações ao contexto da discussão do amor romântico, a compreensão do gênero pode ser identificada por meio da seguinte pergunta: em uma sociedade regulada por práticas culturais patriarcais, o que são considerados um homem romântico e uma mulher romântica? Já em relação à identidade de gênero, a indagação poderia ser: levando em conta esse mesmo contexto patriarcal, como o homem e a mulher se sentem e se percebem como românticos? Essas questões puderam ser identificadas no conteúdo dos artigos especialmente no que diz respeito às relações sexuais e à parentalidade (e.g., Assunção, 2016; Bordini & Sperb, 2012; Carvalhaes & Teixeira Filho, 2012; Gonçalves, 2017; Neves, 2007).

Da ótica do gênero, a questão das relações sexuais aparece de maneira desigual quando se compara a situação do homem com a da mulher (Vencato, 2017). Neves (2007) afirma que geralmente é esperado do homem que ele tome a iniciativa de aproximar-se das mulheres e que acumule diversas experiências sexuais antes do casamento (Neves, 2007). Quando casado, este homem deve ser sexualmente ativo e apresentar um alto desempenho no momento da relação sexual. Já a mulher deve esperar pelas investidas masculinas, e precisa aguardar até certa idade para ter relações sexuais ou, então, deve casar-se virgem (isto é, deve “se preservar” para o seu marido); quando casada, esta mulher deve estar sempre disposta a atender aos desejos sexuais do cônjuge, pois isso configura sua devoção a ele, o que seria característico de uma mulher romântica (Neves, 2007).

A discussão da identidade de gênero, no âmbito das relações sexuais, foi suscitada no artigo de Carvalhaes e Teixeira Filho (2012), que apresentam o relato de uma mulher portadora do vírus HIV.

De acordo com a entrevistada, mesmo conhecendo informações atualizadas sobre os vetores de infecção do HIV, ela não propunha o uso de camisinha durante as relações sexuais com o parceiro, porque “o amava” e “ele poderia não gostar” (p. 383). Segundo Carvalhaes e Teixeira Filho (2012), “a camisinha coloca em xeque o ideal de amor romântico e a perspectiva de que a mulher que ama deve se entregar incondicionalmente ao parceiro” (p. 383). Neste caso, a identidade de gênero pode ser verificada na percepção da entrevistada de que ela deve entregar seu corpo (incondicionalmente) ao parceiro e abnegar-se da própria integridade física/emocional em favor das vontades dele.

Tratando-se da questão de gênero na parentalidade, Bordini e Sperb (2012) e Gonçalves (2017) afirmam que a maternidade é vista de forma radicalmente diferente da paternidade em nossa sociedade. A visão de maternidade frequentemente reproduzida não a identifica como um produto social, mas como uma condição natural feminina, sendo que o amor materno seria um “sentimento imutável” (Gonçalves, 2017, p. 494) e superior a quaisquer outras formas de amor. Já em relação à paternidade, Bordini e Sperb (2012) afirmam que esta geralmente é vista em termos de provisão e proteção – afinal, segundo a lógica romântica, o homem deve proteger e cuidar de sua família. Isso significa que o pai seria responsável por suprir as necessidades materiais da esposa e dos filhos (fornecendo dinheiro para roupas, remédios, estudo etc.). Afeto, educação e conselhos são papéis designados apenas à maternidade. Nesse contexto, o pai costuma ser uma figura ausente do contexto familiar – o que geralmente é visto pela esposa e pelos filhos como algo coerente, pois se constrói uma concepção de que sua forma de os amar é trabalhando fora para sustentá-los (Bordini & Sperb, 2012).

Quanto à identidade de gênero no caso da parentalidade, esta pôde ser observada no texto de Assunção (2016). A autora apresenta algumas entrevistas feitas com mulheres no contexto de migração – isto é, mudar-se para um novo local ou retornar ao local de origem – por causa de parceiros amorosos. Segundo o relato de uma das entrevistadas, o amor conjugal representa uma forma de amor finita e insuficiente para afetar a decisão de uma mulher migrar, e que a única forma de amor

verdadeiro e imutável seria o amor materno. Ela ainda afirmava que se sentia totalmente responsável pelos filhos e que seu amor por eles era maior do que o amor que ela tinha por si mesma. Outras entrevistadas também endossaram a superioridade do amor materno em seus discursos. Essas mulheres relatavam o amor por seus filhos como algo indiscutivelmente natural, como se não houvesse possibilidade alguma da interferência de circunstâncias que pudessem mudar esse amor (Assunção, 2016).

Com esses exemplos é possível verificar, por meio do exame dos comportamentos e sentimentos correlatos apresentados nesses estudos, a forma como as práticas culturais relacionadas ao amor romântico perpassa a construção do gênero e da identidade de gênero na sociedade patriarcal. Apesar de serem basais na literatura feminista, esses dois conceitos também são abordados pela Análise do Comportamento, que apresenta definições muito similares às concepções feministas mencionadas.

Usando termos skinnerianos para diferenciar o escopo do gênero e da identidade de gênero, em termos analítico-comportamentais, Silva e Laurenti (2016) destacaram que a palavra gênero designa a *pessoa*, isto é, padrões de comportamento ontogênicos, considerados típicos de mulheres e de homens no contexto de uma dada cultura. Considerando os exemplos mencionados anteriormente (em relação à parentalidade e às relações sexuais), é possível afirmar que os comportamentos referentes ao gênero envolvem diferentes topografias (como a ação da mulher de esperar pelas investidas afetivo-sexuais masculinas, ou o ato do homem de afastar-se da tarefa de criar/educar os filhos, entre outros), que foram reforçadas no repertório comportamental dos sujeitos conforme determinadas contingências sociais (processo de reforçamento dos comportamentos considerados adequados). Nesse sentido, ao assimilar a noção de gênero à de pessoa, é possível chegar à conclusão de que gênero diz respeito a um conjunto de tendências comportamentais aprendidas (em função de um processo de reforçamento) e que podem variar topograficamente a depender da maneira como as contingências sociais estão organizadas (Silva & Laurenti, 2016).

Já a noção de identidade de gênero remete ao *self*, que diz respeito ao modo como o indivíduo se comporta (pensa e sente) em relação ao seu próprio

gênero (Silva & Laurenti, 2016). Em uma de suas acepções, *self* “. . . é entendido como um conjunto de condições corporais sentido ou introspectivamente observado” pelo sujeito (Lopes, Laurenti & Abib, 2018, p. 82) – podendo este se modificar a depender da organização das contingências. Como já foi explicado, a Análise do Comportamento não compreende o surgimento desses sentimentos de maneira mentalista (como estados mentais e causadores do comportamento); pelo contrário, estes emergem de contingências sociais verbais (Borba & Tourinho, 2009).

Assim, a definição comportamental de *self* oferece contexto para a discussão feminista sobre a identidade de gênero, que foi demonstrada por meio dos exemplos no início deste tópico: o homem ou a mulher se sentem de determinada forma em relação a si mesmos (mais especificamente, em relação ao seu gênero) em função das práticas culturais de dominação masculina e submissão feminina; bem como os sentimentos que surgem nesse contexto ficam associados àquelas contingências que envolvem a questão gênero (por isso o indivíduo sente-se em relação ao seu gênero daquela maneira).

É nessa perspectiva que os exemplos referentes às relações sexuais e à parentalidade foram úteis para identificar como práticas culturais de amor romântico entrelaçam-se com contingências ontogênicas. No âmbito dessas contingências são modelados padrões comportamentais definidos socialmente em função do gênero; como o indivíduo sente e percebe seu próprio corpo (uma fonte de prazer para o outro, no caso da mulher; uma fonte de prazer para si próprio, proporcionada pelo outro, no caso do homem); e como observa seu próprio comportamento (se está agradando ou não o homem, no caso da mulher; se o que faz é correspondido ou não pela mulher, no caso do homem).

Em suma, apesar de o amor romântico ter surgido com a promessa de felicidade para o casal (especialmente para as mulheres), a análise feminista indica que o resultado pode ser outro.

Amor romântico e opressão

Todos os 16 artigos abordaram a temática da opressão gerada pelo amor romântico, especialmente o sofrimento vivido pelas mulheres, visto que parece atingi-las mais do que aos homens. Esse aspecto é

elucidado pelo contexto de origem do amor romântico: é no final do século XVIII, com a invenção do lar e da maternidade, que o amor romântico emerge e passa a ser visto como “essencialmente um amor feminizado” (Giddens, 1993, p. 54), pois faz a fusão entre maternidade, feminilidade e a personalidade da mulher. E “apesar do inegável empoderamento financeiro, político e social da mulher no século XXI, a submissão ao ideário de felicidade ligada ao mito do amor romântico ainda é uma realidade” (Jardim, 2019, p. 65), o que pode ser verificado nos exemplos a seguir.

No estudo de Fernandes e Siqueira (2010), as entrevistadas se queixavam sobre a indiferença e ausência de demonstração de carinho por parte dos parceiros. Afirmavam que seus maridos não eram românticos e que sequer utilizavam palavras carinhosas para com elas. Uma das entrevistadas descreve ter deixado de exibir comportamentos românticos em relação ao marido porque estava desperdiçando o seu tempo com isso (já que não era retribuída). O estudo em pauta evidencia o contraste entre o comportamento carinhoso da mulher e o comportamento insensível do homem, que deve ser o padrão em um relacionamento, pois uma mulher não-amável é vista como negligente com o parceiro, enquanto o homem amável com sua parceira é considerado fraco, emotivo.

No entanto, por vezes surgem consequências mais explícitas e mais danosas para as mulheres, como apresentam Carvalhaes e Teixeira Filho (2012), ao trazerem relatos de mulheres que foram infectadas pelo vírus HIV por terem se relacionado sexualmente sem proteção com parceiros infectados. Uma delas explica que havia sido infectada pelo vírus do HIV quando tinha apenas dezessete anos. No início das relações sexuais com o parceiro, ela afirmou que pedia a ele para que usasse preservativo, mas que este se negava e ficava zangado, dizendo que aquilo não era necessário e a questionava se ela não confiava nele. Ela deixou, então, de solicitar o uso do preservativo, como forma de evitar sofrer violências psicológicas e físicas (Carvalhaes & Teixeira Filho, 2012).

Levando em conta a descrição desses relatos, é possível concluir que os efeitos do amor romântico para as mulheres não condizem com o que é usualmente descrito por essa forma de amor: o “príncipe encantado” que deveria protegê-las é aquele

que cerceia seus direitos; o amor que desejavam compartilhar com os parceiros tornou-se obrigação e subordinação; os sacrifícios em nome do amor poderiam significar o fim de sua vida em todos os sentidos. Ainda assim, muitas mulheres não têm condições de deixar os parceiros, devido à punição que poderiam sofrer (agressões físicas ou psicológicas do parceiro, reprovação por parte dos filhos e/ou dos pais, entre outras), o que gera nessas mulheres sentimentos de medo e impotência (Porto & Bucher-Malusckke, 2014).

A opressão vivida por essas e outras mulheres indica uma condição de vida em que sua liberdade se encontra ameaçada. Porém, aqui, a noção de liberdade não é compreendida como livre-arbítrio. De acordo com essa visão tradicional, o ser humano é livre para fazer o que quiser, quando quiser e onde quiser. A Análise do Comportamento não compactua com essa concepção, pois não entende a liberdade “como o produto da ação ou da vontade de um agente interior, que pensa, delibera e decide independentemente das condições do ambiente natural e social” (Laurenti, 2009, p. 263).

Para compreender a visão skinneriana de liberdade, é preciso primeiramente contemplar a tese comportamentalista radical que afirma que todo comportamento humano é controlado. No âmbito dessa discussão, o termo “controle” descreve que o comportamento humano não ocorre em um vácuo ambiental, mas é influenciado pelo contexto social e não-social. Ao mesmo tempo, o próprio comportamento individual controla o ambiente no qual está inserido. Isto é, “os seres humanos estão em uma relação de interdependência com seu ambiente” (de Paula & Laurenti, 2020, p. 26). O problema surge quando há “o uso deliberado de controle para alterar o comportamento das pessoas, de modo a estabelecer ou a manter relações desiguais, com benefícios aos controladores e prejuízos, a curto ou longo prazo, aos controlados” (de Paula & Laurenti, 2020, p. 26). É o que se nomeia de “controle opressor” em termos analítico-comportamentais. Dessa perspectiva, o sujeito que não é livre é aquele que se encontra submetido a um controle opressor, que gera exploração e desigualdade no acesso a reforçadores (Laurenti, 2009).

Essa opressão pode ocorrer de duas formas: uma oriunda de estimulação aversiva direta e ou-

tra de reforçamento positivo com consequências aversivas tardias, com a função de manter relações desiguais de poder (Skinner, 1971/2002). No primeiro caso, a identificação é mais facilitada, pois esse tipo de controle opressor costuma ser explícito, como é o caso da violência física sofrida por uma mulher que fez algo que desagradou o parceiro. Já no segundo caso, as condições são mais difíceis de serem identificadas como tais (opressivas), pois além de existir reforçamento positivo, as consequências aversivas são tardias. Um exemplo disso são relacionamentos em que eventuais comportamentos de proteção/cuidado, declarações de amor e entrega de presentes (potenciais reforçadores positivos imediatos) por parte do parceiro mascaram comportamentos possessivos (como regular roupas e amizades da parceira), mas que, com o passar do tempo, geralmente se intensificam e podem culminar em violência física contra a mulher (consequência aversiva tardia) (Gomes & Costa, 2014).

Assim, se a opressão é incompatível com a liberdade, ser livre, portanto, significa ser livre de controles opressores, tanto aqueles por estimulação aversiva imediata quanto aqueles por reforçamento positivo com eventos aversivos tardios (Laurenti, 2009). Porém, como já foi assinalado, quando envolvem reforçamento positivo, os controles opressores nem sempre são fáceis de identificar, como acontece nos casos que envolvem sentimentos tão valorizados como o amor.

É o que ocorre no amor romântico: os comportamentos reforçados positivamente nesse contexto (comportamento com função de submissão e abnegação por parte da mulher, e de dominação no caso dos homens) contribuem para a manutenção de formas opressivas de controle. No entanto, o sentimento classificado como “amor”, que emerge de contingências de reforçamento positivo, dificulta a identificação dessa forma de controle opressivo, contribuindo para a manutenção dos amantes em uma situação de controle assimétrica.

Com isso, confirma-se a importância de uma análise contextual do comportamento e dos sentimentos, visto que a presença de um sentimento classificado socialmente como bom (neste caso, o amor) não implica necessariamente na ausência de opressão. Tal aspecto ganhou visibilidade em uma interpretação analítico-comportamental do amor

romântico em função de uma interface com a discussão política do feminismo: um amor permeado por desigualdade de gênero marcada por assimetrias de poder entre homens e mulheres.

Considerações finais

A despeito de ter destacado a gênese social dos sentimentos, Skinner (1953/2003, 1989/1991) não parece ter discutido as diferenças nas contingências sociais relacionadas ao ensino de repertórios verbais autodescritivos de sentimentos entre os diferentes gêneros. Assim, com base na crítica feminista ao amor romântico – que discutiu de forma sistemática o papel das relações de poder na constituição do amor romântico –, o objetivo deste trabalho foi ampliar a discussão analítico-comportamental dos sentimentos considerando a conexão entre relações de poder e sentimentos, no âmbito das assimetrias entre os diferentes gêneros presentes em uma cultura patriarcal.

Para tanto, foi empreendida uma revisão sistemática de literatura com o propósito de construir categorias de análise que destacassem alguns aspectos de caráter político na discussão feminista do amor romântico, e que poderiam ser considerados em uma interpretação analítico-comportamental dos sentimentos. A crítica feminista ao amor romântico contribui para a Análise do Comportamento expandir suas análises do sentimento, visto que: (a) problematiza em qual cultura o sentimento se constitui (neste caso, a patriarcal); (b) indica o papel das agências de controle na perpetuação de contingências sociais patriarcais que regulam o ensino e manutenção de repertórios verbais autodescritivos de sentimentos amorosos no âmbito de relações afetivo-sexuais; (c) confere elementos para entender os efeitos da construção do gênero e da identidade de gênero no contexto da cultura patriarcal, e (d) ressalta como a discussão das diferenças entre gêneros com foco na questão dos sentimentos pode eclipsar contingências opressivas, principalmente quando o controle por reforçamento positivo está em pauta. A existência de assimetrias de poder entre os gêneros nos relacionamentos românticos dá relevo à importância da discussão política dos sentimentos na Análise

do Comportamento. Sem essa discussão, as análises funcionais que consideram os sentimentos e que balizam o delineamento de intervenções poderiam ser compatíveis com práticas culturais que estão na base da manutenção de relações desiguais entre gêneros na sociedade.

Quanto aos seus limites, este estudo utilizou apenas artigos, havendo, assim, a necessidade de se investigar a problemática em outras formas de publicação de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, monografias, livros e capítulos de livros). Por terem sido examinados somente artigos redigidos em português, outros estudos podem ampliar a discussão considerando artigos em outros idiomas e diferenças culturais em relação ao que foi discutido tendo em vista a sociedade brasileira. Trata-se também de investigar outras formas de relações amorosas que não sejam permeadas por pressupostos patriarcais.

Vale destacar que a crítica feminista ao amor romântico não implica necessariamente no abandono da importância do amor nas relações afetivo-sexuais. O desafio é construir relações afetivo-eróticas pautadas em parâmetros distintos aos da cultura patriarcal (da dominação e submissão, do dar amor e receber amor), pois, “o amor jamais poderá se enraizar em uma relação fundamentada em dominação e coerção” (hooks, 2015/2018, p. 110). Essa possibilidade de análise é indicada por hooks (2015/2018), ao dizer que “o verdadeiro amor é fundamentado em reconhecimento e aceitação, que o amor combina com cuidado, responsabilidade, comprometimento e conhecimento” (p. 111). Ao definir o amor nesses termos “entenderemos que não pode haver amor sem justiça. Com essa consciência, vem a compreensão de que o amor tem o poder de nos transformar e nos dar força para que possamos nos opor à dominação. Escolher políticas feministas é, portanto, escolher amar” (hooks, 2015/2018, p. 111).

Referências

- Adichie, C. N. (2015). *Sejam todos feministas*. (C. Baum, trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 2012).
- *Assunção, V. (2016). Migrantes por amor? Ciclo de vida, gênero e a decisão de migrar em diferentes fases da vida. *Estudos Feministas*, 24(1), 63-80. doi: 10.1590/1805-9584-2016v24n1p63
- Balisci, J. P., & Stein, V. (2016). É difícil ser homem: A (des)construção visual da masculinidade hegemônica no filme Bruno. *Ciências Sociais Aplicadas*, 24(1), 63-74. doi: 10.5212/PublicatioCi.Soc.v.24i1.0005
- *Bensusan, H. (2004). Observações sobre a libido colonizada: Tentando pensar ao largo do patriarcado. *Estudos Feministas*, 12(1), 131-155. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100007
- Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2009). Usos do conceito de eventos privados à luz de proposições pragmatistas. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 89-96. doi: 10.1590/S1413-294X2009000200001
- *Bordini, G. S., & Sperb, T. M. (2012). Concepções de gênero nas narrativas de adolescentes. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 25(4), 738-746. doi: 10.1590/S0102-79722012000400013
- *Bragança, M. de. (2011). Corpo, imagem e registro colonial no Corazón Sangrante de Astrid Hadad. *Estudos Feministas*, 19(2), 403-419. doi: 10.1590/S0104-026X2011000200006
- *Carvalhaes, F. F. de., & Teixeira Filho, S. S. (2012). Histórias de vida de mulheres HIV+ ativistas: Mudanças e permanências. *Estudos Feministas*, 20(2), 377-398. doi: 10.1590/S0104-026X2012000200003
- Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: 10.18761/PAC.2016.047
- Dittrich, A., Todorov, J. C., Martone, R. C., & Machado, V. L. S. (2013). Agências de controle. In M. B. Moreira (Org.). *Comportamento e práticas culturais* (pp. 137-167). Brasília: Instituto Walden4.
- Dittrich, A., Melo, C. M. de., Moreira, M. B., & Martone, R. C. (2013). O modelo de seleção pelas consequências: O nível cultural. In M. B.

- Moreira (Org). *Comportamento e práticas culturais* (pp. 45-55). Brasília: Instituto Walden4.
- *Fernandes, W. R., & Siqueira, V. H. F. de. (2010). O cinema como pedagogia cultural: Significações por mulheres idosas. *Estudos Feministas*, 18(1), 101-119. doi: 10.1590/S0104-026X2010000100006
- Freitas, J. C. de. C., & Moraes, A. O. de. (2019). Cultura do estupro: Considerações sobre violência sexual, feminismo e análise do comportamento. *Acta Comportamentalia*, 27(1), 109-126. Disponível em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/68758/60633>.
- Gallo, A. E., Moraes, A. O. de., Fazzano, L. H., & Santos, S. J. dos. (2019). Psicologia para quem? Uma discussão analítico-comportamental do feminismo, homofobia e racismo. In J. C. Luzia, J. Gamba, N. Kienen, & S. R. de. S. A. Gil (Eds.), *Psicologia e análise do comportamento: Pesquisa e intervenção* (pp. 44-53). Londrina: UEL.
- Giddens, A. (1993). O amor romântico e outras ligações. In *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* (pp. 59-76). São Paulo: Editora Unesp.
- Gomes, H. C. da. R., & Costa, N. (2014). Violência contra a mulher: Uma pesquisa empírica sobre regras descritivas comuns na sociedade ocidental. *Acta Comportamentalia*, 22(1), 89-100. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/actac/v22n1/a07.pdf>.
- *Gonçalves, E. (2017). Solteira, sem filhos: Menos que meia pessoa? *Mediações*, 22(2), 479-498. doi: 10.5433/2176-6665.2017v22n2p479
- *Grossi, M. P. (1994). Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, número especial, 473-483. doi: 10.1590/%25x
- hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. (Original publicado em 2015).
- *Jardim, M. C. (2019). Para além da fórmula do amor: Amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos. *Política & Sociedade*, 18(43), 46-76. doi: 10.5007/2175-7984.2019v18n43p46.
- Junqueira, T. L. S., & Melo, D. S. P. (2014). Feministas advertem: O mito do amor romântico faz mal à saúde! Sentidos produzidos por adolescentes acerca da interface entre amor romântico, violência contra as mulheres e saúde. In 18º REDOR – Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e as Relações de Gênero (pp. 766-778). Recife: UFRPE. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/view-File/666/675>.
- Laurenti, C. (2009). Criatividade, liberdade e dignidade: Impactos do darwinismo no behaviorismo radical. *Scientiæ Studia*, 7(2), 251-269. doi: 10.1590/S1678-31662009000200006
- Lopes, C. E., Laurenti, C., & Abib, J. A. D. (2018). Ser humano complexo. In *Conversas pragmatistas sobre comportamentalismo radical* (pp. 67-92). Curitiba: CRV.
- *Malcher, L. F. S. (2002). Mulheres querem amor, homens querem sexo? Amor e masculinidade entre jovens de camadas médias urbanas de Belém. *Revista Gênero*, 3(1), 63-81. doi: 10.22409/rg.v3i1.258
- *Mattos, P. (2018). Desafios do reconhecimento nas relações íntimas: Um debate com Axel Honneth. *Política & Sociedade*, 17(40), 156-190. doi: 10.5007/2175-7984.2018v17n40p156
- Nicolodi, L. de. G. (2020). Introdução. In *Considerações sobre o patriarcado na perspectiva analítico comportamental* (pp. 9-20). Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil.
- *Neves, A. S. A. (2007). As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: A caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? *Estudos Feministas*, 15(3), 609-627. doi: 10.1590/S0104-026X2007000300006
- de Paula, W. F., & Laurenti, C. (2020). Um diálogo entre I. Berlin e B. F. Skinner a respeito do conceito de liberdade. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(1), 017-031. doi: 10.18761/PAC.2020.v11.n1.02
- Pinheiros, R., & Mizael T. (2019). *Debates sobre feminismo e análise do comportamento*. (1a ed.). Fortaleza: Imagine Publicações.
- *Porto, M., & Bucher-Maluschke, M. J. S. N. F. (2014). A permanência de mulheres em situa-

- ções de violência: Considerações de psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(3), 267-276. doi: 10.1590/S0102-37722014000300004
- *Rossi, T. C. (2017). Feminilidade e suas imagens em mídias digitais: Questões para pensar gênero e visualidade no século XXI. *Tempo Social*, 29(1), 235-255. doi: 10.11606/0103-2070-ts.2017.103981
- *Rudiger, F. (2012). Amor no século XX: Romantismo democrático vs intimismo terapêutico. *Tempo Social*, 24(2), 149-168. doi: 10.1590/S0103-20702012000200008
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5, 29-44. doi: 10.1111/j.1471-6402.1995.tb00285.x
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192. doi: 10.1007/BF03391962
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147.
- Silva, E. C., & Laurenti, C. B. F. (2016). Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 187-211. doi: 10.18761/pac.2016.009
- Silva, G. C. da. (2017). Amor romântico e igualdade, desencontro marcado. In *Do amor romântico ao poliamor: Uma análise crítica a partir da teoria feminista* (pp. 44-59). Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil.
- Skinner, B. F. (2002). *Beyond freedom and dignity*. Indianapolis: Hackett. (Original publicado em 1971).
- Skinner, B. F. (2003). Eventos privados em uma ciência natural. (J. C. Todorov, R. Azzi, trad.). In *Ciência e comportamento humano* (pp. 281-309). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953).
- Skinner, B. F. (1991). O lugar do sentimento na análise do comportamento (A. L. Néri, trad.). In *Questões recentes na análise comportamental* (pp. 13-24). Campinas, SP: Papyrus. (Original publicado em 1989).
- Skinner, B. F. (1999). The operational analysis of psychological terms. In V. G. Laties, & A. C. Catania (Eds.), *Cumulative record: Definitive edition* (pp. 416-430). Acton, MA: Copley. (Original publicado em 1945).
- Souza, J. P. de. (2016). Feminismo e política: Uma introdução. *Veredas da História*, 9(1), 184-191. Disponível em: <https://www.seer.veredasdahistoria.com.br/ojs-2.4.8/index.php/veredasdahistoria/article/viewFile/213/188>.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.
- *Vencato, A. P. (2017). Narrativas sobre conjugabilidade de mulheres que se relacionam com crossdressers. *Estudos Feministas*, 25(10), 147-165. doi: 10.1590/1806-9584.2017v25n1p147
- Zanello, V., Fiuza, G., & Costa, H. S. (2015). Saúde mental e gênero: Facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 238-246. doi: 10.1590/1984-0292/1483

Informações do Artigo

Histórico do artigo:

Submetido em: 12/11/2020

Aceito em: 25/10/2021

Editor Associado: Marcelo V. Silveira